



Vitória da Conquista, ... de ... de 2015

Exmo. Sr.  
Rui Costa  
Governador do Estado da Bahia

Ilmo. Sr.  
Osvaldo Barreto  
Secretário de Educação - SEC

Ilmo. Sr.  
Etelvino Góes  
Secretário de Administração - SAEB

Ilmo. Sr.  
Josias Gomes  
Secretário de Relações Institucionais – SERIN

Prezados senhores,

O Fórum das ADs, que congrega as Associações Docentes (Adufs, Adusb, Adusc, Aduneb) das quatro Universidades Estaduais Baianas – Seções Sindicais do Andes Sindicato Nacional, vem, por meio deste, comunicar mais uma vez ao Governo que a proposta encaminhada no dia 21 de maio do ano corrente - reapresentada nas reuniões subsequentes e reafirmada em documento do dia 19 de junho - foi rejeitada pelas assembleias docentes realizadas entre os dias 21 e 22 de maio.

Ao insistir na manutenção de sua proposta inicial, o Governo dificulta o avanço na mesa de negociação e demonstra absoluta falta de compromisso com as Universidades Estaduais da Bahia. Mostra também absoluta despreocupação com a possível suspensão do semestre letivo, que prejudicaria milhares de alunos e alunas, além de toda a região onde as instituições estão fixadas. Para sair do impasse gerado

pela incapacidade política dos representantes do Governo do Estado, o Movimento Docente, demonstrando mais uma vez seu compromisso com as Universidades Estaduais da Bahia e para com toda a comunidade atendida por elas, apresenta a seguinte contraproposta, aprovada pelas Assembleias das quatro Universidades:

### **1. Revogação da Lei 7176/97**

Após recebimento da contraproposta da minuta do Projeto de Lei que viabiliza a revogação da Lei 7176/97, no dia 16 de junho do ano corrente, o Governo assumiu o compromisso de dar celeridade ao retorno. No entanto, em reunião realizada no dia 18, informou que a resposta só virá no dia 04 de agosto.

- O Movimento docente propõe que o Governo se posicione sobre a contraproposta em regime de urgência, considerando as poucas alterações sugeridas na minuta original e que não há qualquer impeditivo para análise e parecer da contraproposta. Tal postura expressará a vontade política do Governo para encaminhar de forma séria e qualificada as reivindicações da categoria.

### **2. Orçamento das Universidades**

- No exercício de 2015, suplementação para a folha de pessoal com o objetivo de garantir o pagamento das promoções, progressões, mudanças de regime de trabalho e demais direitos trabalhistas. Incorporação desta suplementação ao orçamento das Universidades, com o compromisso do governo de não reduzir o orçamento de manutenção, investimento e custeio;
- No exercício de 2015, recomposição do orçamento para manutenção, investimento e custeio, suplementando-o para que atinja, no mínimo, os valores executados em 2013, corrigidos pela inflação acumulada nesses últimos dois anos, com o compromisso do governo de que o orçamento não será contingenciado e será liberado de acordo com a demanda das Universidades;
- Implementação em 2016 de, no mínimo, 7% da Receita Líquida de Impostos do Estado da Bahia para o orçamento anual das Universidades Estaduais da Bahia, com revisão do percentual a cada dois anos e de tal forma que o orçamento do ano não seja inferior ao executado no ano anterior e que seja assegurada a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das Universidades Estaduais da Bahia;

### **3. Direitos trabalhistas, ampliação do quadro de vagas e sua desvinculação por classe**

- Alteração imediata, em 2015, dos quantitativos de vagas por classe de forma a permitir a promoção na carreira de 100% dos docentes com processos na SAEB ou ainda nas Universidades e dos demais que adquirirem o direito. Isto significa que o quadro de cargos de provimento permanente do Magistério Público das Universidades do Estado da Bahia será alterado, conforme a demanda das Universidades para cada classe;
- Aprovar, até janeiro de 2016, Projeto de Lei que desvincula as classes das vagas e amplia o quadro de cargos de provimento permanente do Magistério Público das Universidades do Estado da Bahia;
- As progressões na carreira obedecerão ao previsto no Estatuto do Magistério Superior e não mais haverá qualquer tipo de retenção;
- Implementação imediata dos processos de mudança de regime de trabalho;

### **4. Valorização da carreira docente**

- Valorização da carreira por meio do aumento no percentual dos interstícios de vencimento básico entre as classes para este ano e dos Incentivos de Pós-graduação com calendário até 2016.

### **5. Reajuste geral dos servidores estaduais**

- Garantia da reposição integral e em uma única parcela das perdas inflacionárias, utilizando índice igual ou superior ao IPCA e respeitando a data base.

Entendendo ser de comum interesse a celeridade nas negociações, que o conjunto de propostas do Movimento Docente é absolutamente razoável e, portanto, está ao alcance do Governo o seu pleno atendimento, solicitamos uma reunião entre os representantes do Governo e o Fórum das ADs para dia 09/07/2015.

Atenciosamente,